

## Amazônia top-trending!

Paulo César Basta

Após séculos de exploração, violência e violação de direitos parece que se chegou a uma espécie de consenso: A preservação da Amazônia é única chance de a espécie humana permanecer viva no planeta e uma oportunidade singular de erradicar as iniquidades que assolam o Brasil!

Com a emergência climática batendo à porta, pode-se dizer que o tema constitui uma fonte de preocupação permanente, ao menos para aqueles que acreditam que a Terra não é plana.

A expropriação da Amazônia iniciou com a invasão europeia. Desde o princípio a missão era: i) “domesticar” a floresta – promovendo devastação e substituição da paisagem natural por algo verossímil aos olhos europeus; ii) “obter a glória” de encontrar ouro em terras selvagens – consideradas por eles vazios demográficos, sem vestígio de civilização; iii) “evangelizar” os nativos – negando sua religiosidade, demonizando suas divindades e condenando seus rituais sagrados; iv) “apagar” história, língua e costumes; e v) “negar” conhecimento, cultura e ciência, elaborados desde tempos imemoriais. O ideal do colonizador era eliminar sociedades de origem ancestral e usurpar seus territórios para vorazmente acumular mercadorias e auferir lucros individuais.

Pode-se dizer que o ideal da colonização foi eficaz, parcialmente bem-sucedido, e que interferiu visceralmente na formação do povo e do território brasileiro. Neste contexto, povos originários eram vistos como pertencentes a uma subcategoria de humanos, representantes de sociedades primitivas, que fariam uma transição da condição de selvagens para seres assimilados e integrados à sociedade cristã-ocidental, numa espécie de casta de pobres-excluídos. A partir dessa perspectiva, o modo de vida dos povos originários era compreendido como transitório, uma vez que seriam inexoravelmente integrados à sociedade envolvente.

Os textos constitucionais preliminares à 1988, utilizavam conceitos como “incorporação” e “integração de silvícolas à comunhão nacional” revelando o modelo integracionista que orientava a relação do Estado com os povos originários. Com base nesses conceitos, indígenas eram considerados incapazes, e deveriam, portanto, ser tutelados pelo Estado, sem que fossem considerados cidadãos com direitos. Cosmovisão, relações com o território e organizações sociais de origem pré-colombiana eram oficialmente negadas.

O ideal do colonizador, adotado como política pública, é a raiz das iniquidades e das mazelas sociais que afetam o povo brasileiro até hoje. Destacam-se os espólios do patriarcado, a concentração de renda, a exclusão social, a negação de direitos fundamentais, os conflitos fundiários, a insegurança alimentar e o racismo estrutural. Numa mirada superficial, essas situações parecem distantes, restritas ao tempo do

Brasil-Colônia, mas infelizmente os legados acima estiveram presentes nas ações oficiais perpetradas pelo governo Bolsonaro durante a pandemia de Covid19.

A constituição de 1988, que adotou uma visão pluriétnica e multicultural, valorizando a diversidade que é a autêntica riqueza brasileira, garantiu o direito original às terras tradicionalmente ocupadas, reconheceu a capacidade civil dos indígenas e suas instituições, e buscou proteger e valorizar as diferenças e especificidades dos povos originários.

Na contramão da história, de uma perspectiva anacrônica, fundamentada num modelo arcaico de “desenvolvimento”, milhões de brasileiros seguem considerando os indígenas como empecilho ao crescimento econômico do país, 35 anos após a promulgação da constituição.

Sob a ótica integracionista, esse modelo obsoleto segue alimentando discursos de ódio às minorias, sem qualquer avaliação das implicações desse processo para a sociedade nacional. À medida que as invasões e a expropriação dos territórios ancestrais se expandem, simultaneamente ampliam-se os efeitos da emergência climática mundial, manifestos em eventos ambientais extremos como incêndios, tempestades, inundações, entre outras catástrofes.

Inúmeros registros oficiais, provenientes de monitoramentos feitos pelo INPE, revelam que a devastação da Amazônia avançou, atingindo patamares catastróficos nos últimos anos, com quase 20% da cobertura vegetal original perdida. Trata-se, portanto, de uma constatação: o bioma está chegando próximo ao ponto de não retorno.<sup>1</sup> Caso este processo não seja interrompido imediatamente, às futuras gerações restará incerteza quanto à manutenção da vida no planeta.

Levantamento recente realizado pelo Instituto Igarapé<sup>2</sup> baseado em 369 operações de combate à criminalidade, realizadas pela polícia federal e órgãos do meio ambiente e do judiciário, desvenda os ilícitos que incidem sobre a Amazônia Legal. O documento mostra que no período 2016-2021 houve um incremento significativo em cinco crimes ambientais: i) desmatamento ilegal; ii) grilagem em terras públicas; iii) extração ilegal de madeira; iv) agropecuária com passivo ambiental; e v) mineração ilegal.

Tomando como exemplo o garimpo ilegal de ouro, considerado o crime que mais avançou nos últimos anos, pode-se constatar que além dos impactos promovidos ao ecossistema (devastação da floresta e contaminação de rios e peixes pelo mercúrio), houve inúmeros registros de violações de direitos, agressões e homicídios nas comunidades afetadas, com envolvimento de facções criminosas. Destaca-se também a produção de evidências científicas dos efeitos deletérios à saúde de indígenas.

Após avaliar 35 domicílios, 200 pessoas e 88 amostras de pescado, em três aldeias do povo indígena Munduruku, no Pará, em 2019, o grupo de pesquisa “*Ambiente, Diversidade e Saúde*” da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou que homens e mulheres, adultos, idosos e crianças, sem exceção, apresentaram níveis de mercúrio nas amostras analisadas.<sup>3</sup> Em média, a prevalência de exposição crônica ao mercúrio acima

de limites considerados aceitáveis pela OMS atingiu seis em cada dez participantes. Entretanto, houve variações entre as localidades, sendo que numa aldeia vizinha ao garimpo, nove a cada dez participantes apresentaram níveis elevados do metal. Em todos os pescados analisados também foram detectados níveis de mercúrio, colocando a saúde da população local sob risco iminente.

Os mais elevados níveis de mercúrio mostraram-se associados com quadros de hipertensão arterial, alterações neurológicas<sup>4</sup> e sintomas de ansiedade e depressão em adultos. Em menores de 5 anos, a exposição crônica ao mercúrio provocou retardo no neurodesenvolvimento, revelando um cenário de ameaça às gerações futuras.<sup>5</sup>

Além dos elevados níveis de exposição ao mercúrio, demonstraram-se altos índices de anemia e destruição infantil e desordens sociais e ambientais associadas à presença de garimpos ilegais de ouro no território. Desafortunadamente, o garimpo não aflige somente o povo Munduruku, uma vez que as terras Yanomami e Kayapó seguem igualmente afetadas,<sup>6</sup> e os povos que lá vivem clamam por providências.

Vale lembrar que a contaminação por mercúrio não está restrita apenas às Terras Indígenas. Estudo recém-lançado<sup>7</sup> revela que 21,3% das 1.010 amostras de peixes adquiridos em mercados e feiras livres em 17 municípios na Amazônia brasileira apresentaram níveis de mercúrio acima dos parâmetros estabelecidos pela ANVISA para comercialização de pescados. Além dos níveis preocupantes de mercúrio nos pescados que chegam à mesa das famílias, os autores revelam que os riscos à saúde atribuídos ao consumo dos peixes contaminados são elevados, podendo ultrapassar de 8 a 32 vezes a dose de referência para ingestão diária de mercúrio estabelecida pela *Environmental Protection Agency* – EPA, em mulheres em idade fértil e crianças de 2 a 4 anos, respectivamente.

Tempos de mudança!

A partir da eleição do presidente Lula, iniciou-se um processo de retomada da democracia, de respeito aos povos indígenas e de valorização do meio ambiente. Na esteira dessas mudanças algumas ações foram deflagradas para o enfrentamento da devastação. Desde o momento em que se criou o grupo técnico para transição do governo, a pauta ambiental e a questão indígena ganharam destaque. Assessores municiados com informações atualizadas sobre o tema, auxiliaram o governo a tomar decisões urgentes:

- i) declaração da Emergência Sanitária de Importância Nacional(ESPIN) na TI Yanomami;
- ii) revogação do decreto 10.966/2022 que criava o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pro-Mape);
- iii) retirada da tramitação na Câmara dos Deputados do PL 191/2020, que propunha liberação da mineração em terras indígenas;
- iv) suspensão pelo STF da eficácia do parágrafo 4º, do artigo 39, da lei 12.844/2013 que previa a presunção da boa-fé no comércio do ouro;
- v) decisão da receita federal que obriga a emissão de notas fiscais eletrônicas em todas as transações de compra e venda de ouro;

- vi) revitalização do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM);
- vii) publicação da Portaria GM/MS Nº618, de 18/05/2023, que institui o Grupo de Trabalho Ação de Saúde Amazônia(ASA), no âmbito do Ministério da Saúde.

No entanto, graves ameaças ainda pairam sobre as almas que vivem na Amazônia. Em 30/05/2023, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 490/2007(Marco Temporal) que pretende alterar o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19/11/1973), para modificar procedimentos de demarcação de terras indígenas, exigindo que os interessados comprovem a presença em áreas reivindicadas antes de 5/10/1988, quando foi promulgada a Constituição. A aprovação por ampla maioria revela que parte expressiva do parlamento permanece disposta a favorecer interesses de segmentos como agronegócio, indústria e mineração, em detrimento dos povos originários, fazendo vista grossa à ocupação irregular de terras da União e aos crimes ambientais que incidem sobre a Amazônia. Em linhas gerais, caso seja aprovado no Senado, agora com novo número, o PL2903/2023 poderá inviabilizar novas demarcações de terras indígenas, além de ameaçar territórios já demarcados e homologados.

De um lado, é essencial valorizar as medidas promovidas pela atual gestão do governo federal. Merecem destaque as ações realizadas na TI Yanomami, incluindo a criação do Comitê de Operações Emergenciais(COE); a construção do Centro de Referência em Saúde Indígena na região de Surucucu (uma das áreas mais afetadas); o atendimento a crianças e idosos com quadros graves de desnutrição e malária; e o início da retirada dos garimpeiros, com apoio do Ministério da Justiça.

De outro, não podemos esquecer da necessidade de superar históricos déficits de infraestrutura que afetam cidadãos (indígenas e não-indígenas) que vivem na Amazônia. A falta de serviços públicos essenciais – precária disponibilidade de água potável, ausência de saneamento básico, barreiras que limitam o acesso à assistência à saúde de média e alta complexidade, acesso restrito à educação formal, ao emprego e à renda – é patente. Além disso, as restrições nos modais de transporte e nos equipamentos de comunicação afetam a todos que vivem na região.

Enfim, qual o papel da sociedade civil?

Associações de base que representam povos indígenas e outros povos tradicionais da Amazônia, organizações não-governamentais, movimentos sociais, universidades e institutos de pesquisa devem se esforçar para garantir que informações verdadeiras (oriundas das melhores evidências científicas disponíveis) sejam difundidas para sociedade. Desse modo, a nação poderá fazer melhores escolhas nas próximas eleições e cobrar providências das autoridades para a imediata interrupção da devastação. A retomada das demarcações de terras indígenas e a garantia da soberania desses territórios é fundamental. Afinal, hoje onde vivem aproximadamente meio milhão de indígenas, representantes de 200 povos, é que estão as áreas mais preservadas na Amazônia.

Os ventos da democracia estão arejando mentes e corações, possibilitando ao povo brasileiro refazer os rumos do país, a partir do reconhecimento da importância da floresta de pé! É momento de valorizar os conhecimentos ancestrais e reconhecer a importância dos povos indígenas para garantir a soberania nacional. Por fim, é essencial que o empresariado compreenda que o lucro não está acima da vida, e que cumprir a legislação ambiental é assegurar o sucesso do seu negócio. Assim, abrir-se-á uma janela de oportunidade para o Brasil recontar sua história e evitar que o colonialismo estrutural se perpetue, provocando inequidades, pobreza e sofrimento à nação. Somente por meio deste enfrentamento poder-se-á vislumbrar equidade, justiça social e desenvolvimento sustentável.

A preservação da Amazônia precisa se tornar prioridade (inter)nacional, precisa estar no centro de todos os debates contemporâneos! Além de acabar imediatamente com a devastação, é preciso reflorestar! É vital extrair a raiz das iniquidades que assolam o país! A partir de políticas públicas inclusivas, é possível criar alternativas sustentáveis de desenvolvimento, socialmente aceitas, ambientalmente adequadas e economicamente viáveis para as populações locais. Deve-se valorizar as vocações do território e das pessoas que nele vivem!

É tempo de ouvir os povos indígenas, de respeitar sua cultura, sua ciência e seu conhecimento! Como tem se propagado, o futuro é ancestral!

#### Referências

1. Nobre CA, Sampaio G, Borma LS, Castilla-Rubio JC, Silva JS, Cardoso M. Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. *Proc Natl Acad Sci* 2016;113(39):10759–68.
2. Waisbich LT. O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta. *Inst Igarapé Artigo Estratég N 54*, Fev 2022.
3. Basta PC, Viana PVS, Vasconcellos ACS, Périssé ARS, Hofer CB, Paiva NS, et al. Mercury Exposure in Munduruku Indigenous Communities from Brazilian Amazon: Methodological Background and an Overview of the Principal Results. *Int J Environ Res Public Health* 2021;18(17):9222.
4. Oliveira RAA, Pinto BD, Rebouças BH, Ciampi-de-Andrade D, Vasconcellos ACS, Basta PC. Neurological Impacts of Chronic Methylmercury Exposure in Munduruku Indigenous Adults: Somatosensory, Motor, and Cognitive Abnormalities. *Int J Environ Res Public Health* 2021;18(19):10270.
5. Kempton JW, Périssé ARS, Hofer CB, Vasconcellos ACS, Sousa Viana PV, Oliveira Lima M, et al. An Assessment of Health Outcomes and Methylmercury Exposure in Munduruku Indigenous Women of Childbearing Age and Their Children under 2 Years Old. *Int J Environ Res Public Health* 2021;18:10091.
6. Mataveli G, Chaves M, Guerrero J, Escobar-Silva EV, Conceição K, Oliveira G. Mining Is a Growing Threat within Indigenous Lands of the Brazilian Amazon. *Remote Sens* 2022;14:4092.
7. Basta PC, Vasconcellos ACS, Hallwass G, Yokota D, Pinto D O d'El R, Aguiar DS, et al. Nota Técnica. Análise regional dos níveis de mercúrio em peixes consumidos

pela população da Amazônia brasileira: um alerta em saúde pública e uma ameaça à segurança alimentar; 2023.